



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
CRVR – Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.
Minas do Leão - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CRVR – Riograndense de Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Wallace', is written over the printed name of the auditor.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

**31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório dos Auditores Independentes**

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	9

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2022	2021		Nota Explicativa	2022	2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	59.109	2.296	Fornecedores	15	14.945	17.605
Títulos e valores mobiliários	10	93	-	Empréstimos e financiamentos	17	3.397	10.145
Contas a receber de clientes	11	39.088	57.349	Debêntures	18	801	-
Estoques		9.038	4.516	Salários, benefícios e encargos sociais	19	3.787	5.576
Impostos a recuperar	13	1.485	4.013	Impostos, taxas e contribuições	20	3.874	5.414
Outras contas a receber	13	727	1.422	Imposto de renda e contribuição social	22	1.475	2.137
Ativos mantidos para venda	12	1.470	1.470	Dividendos a pagar	16	-	20.182
Total do ativo circulante		111.010	71.066	Adiantamentos de clientes		2.092	3.068
				Outras contas a pagar		-	8
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		30.371	64.135
Realizável a longo prazo:				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	10	2.209	2.722	Fornecedores	15	429	6
Impostos a recuperar	13	6.735	3.891	Mútuos a pagar a partes relacionadas		-	258
Contas a receber de clientes	11	6.104	-	Empréstimos e financiamentos	17	3.904	17.837
Mútuos a receber de partes relacionadas		46.924	27.596	Debêntures	18	72.960	-
Ativo fiscal diferido	22	20.852	21.278	Passivo fiscal diferido	22	-	3.962
Outras contas a receber	11	165	177	Provisões	21	68.178	60.317
Depósitos judiciais		74	99	Total do passivo não circulante		145.471	82.380
		83.063	55.763	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	24	82.124	54.904
Imobilizado	14	135.660	115.961	Reserva de capital	24	4.491	4.491
Intangível		106	103	Reservas de lucros	24	67.383	36.981
		135.766	116.064	Ajustes de avaliação patrimonial	24	(1)	2
Total do ativo não circulante		218.829	171.827	Total do patrimônio líquido		153.997	96.378
TOTAL DO ATIVO		329.839	242.893	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		329.839	242.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
	Explicativa		
Receita operacional líquida	25	185.678	174.589
Custo dos serviços prestados	26	(128.878)	(117.500)
Lucro bruto		56.800	57.089
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	27	(2.576)	(605)
Despesas administrativas	28	(8.178)	(7.308)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	213	(3.208)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(10.541)	(11.121)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		46.259	45.968
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	30	7.006	2.250
Despesas financeiras	30	(6.689)	(5.250)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		317	(3.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		46.576	42.968
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(19.709)	(19.370)
Diferido		3.535	4.210
Lucro líquido do exercício		30.402	27.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	30.402	27.808
Remensuração do passivo de benefício definido	(3)	2
Total do resultado abrangente da Companhia	30.399	27.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	41.049	4.491	3.603	42.989	-	-	92.132
Aumento do capital social	13.855	-	-	-	-	-	13.855
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.808	-	27.808
Reserva de lucros	-	-	-	27.808	(27.808)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(37.419)	-	-	(37.419)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	2	2
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	54.904	4.491	3.603	33.378	-	2	96.378
Aumento do capital social	27.220	-	-	-	-	-	27.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.402	-	30.402
Reserva de lucros	-	-	-	30.402	(30.402)	-	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(3)	(3)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	82.124	4.491	3.603	63.780	-	(1)	153.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.402	27.808
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações, amortizações e exaustões	12.108	12.044
Baixa de imobilizado e intangível	52	515
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e debentures	4.754	4.518
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(4.811)	(1.615)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	7.868	9.304
Provisão para crédito liquidação duvidosa	545	358
Provisão para contingências	133	277
Provisão de imposto de renda e contribuição social	19.709	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.536)	15.160
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	420	(251)
Contas a receber de clientes	11.303	(3.055)
Partes relacionadas	309	(732)
Impostos a recuperar	(5.202)	(167)
Estoques	(4.522)	(2.059)
Dividendos recebidos	-	1
Outras contas a receber	707	324
Depósitos judiciais	25	31
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	(1.470)
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	15.301	(1.681)
Partes relacionadas	(500)	447
Salários benefícios e encargos sociais	(1.789)	2.644
Impostos taxas e contribuições	(1.540)	(1.638)
Pagamento de contingências e indenizações	(140)	(187)
Adiantamento de clientes	(976)	1.755
Outras contas a pagar	(11)	13.862
Caixa proveniente das operações	80.609	76.193
Pagamento de impostos sobre o lucro	(15.485)	(20.524)
Mútuos ativos - recebimento de juros	489	-
Mútuos passivos - juros pagos	(228)	-
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(4.169)	(4.337)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.216	51.332
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Mútuos ativos – concedidos	(23.557)	(5.979)
Mútuos ativos - recebimento principal	8.779	716
Aquisição de ativo imobilizado	(31.833)	(40.911)
Aquisição de intangível	(29)	(99)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.640)	(46.273)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos passivos – captação	5.000	-
Mútuos passivos – pagamento de principal	(5.258)	-
Emissão de debentures	75.000	-
Gastos com captação de debentures	(2.040)	-
Empréstimos e financiamentos – captação	13.000	3.485
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	(33.465)	(6.770)
Dividendos pagos	(10.000)	(17.502)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	42.237	(20.787)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	56.813	(15.728)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.296	18.024
No final do exercício	59.109	2.296
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	56.813	(15.728)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexnto operacional

A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR” ou “Companhia”) opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão.

As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí.

Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades.

Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. A licença operacional para cada aterro sanitário possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional.

1.1 Efeitos do COVID-19

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 14 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº11 – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº14 – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa nº21 – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº22 – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias;

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Receita de contrato com clientes
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Benefícios a empregados
- (d) Imposto de renda e contribuição social
- (e) Estoques
- (f) Ativo imobilizado
- (g) Instrumentos financeiros
- (h) Redução ao valor recuperável (impairment)
- (i) Provisões
- (j) Ativos não circulantes mantidos para venda
- (k) Distribuição de dividendos

a) Receita de contrato com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Destinação final de resíduos – Aterro

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recepcionado, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Destinação final de resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados:

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Participação nos lucros:

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

iii) *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimentos e mensuração inicial*

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar

alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia, a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 em suas demonstrações financeiras.

vi) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

h) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não - derivativos

A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando A Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 00,00% em 2022 (25,56% em 2021); e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m³ do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

j) Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos

mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

k) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 24.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A CRVR pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Companhia. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativas contábeis”.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

8 Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital..

As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

i) Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

31 de dezembro de 2022							
Exposição Patrimonial	Exposição Patrimônio Líquido (em R\$)	Taxa de juros média efetiva em 31/12/2022	Efeito no Resultado por Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalente de caixa	59.109	CDI	59.109	73.886	88.664	(73.886)	(88.664)
Empréstimos e financiamentos	7.301	18,01%	7.301	9.126	10.952	(9.126)	(10.952)
Títulos e valores mobiliários	2.209	CDI	2.209	2.761	3.314	(2.761)	(3.314)
Efeito			68.619	85.773	102.930	(85.773)	(102.930)

31 de dezembro de 2021							
Exposição Patrimonial	Exposição Patrimônio Líquido (em R\$)	Taxa de juros média efetiva em 31/12/2021	Efeito no Resultado por Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalente de caixa	2.296	CDI	2.296	2.349	2.402	(2.349)	(2.402)
Empréstimos e financiamentos	27.982	16,01%	27.982	29.102	30.222	(29.102)	(30.222)
Títulos e valores mobiliários	2.722	CDI	2.722	2.785	2.848	(2.785)	(2.848)
Efeito			33.000	34.236	35.472	(34.236)	(35.472)

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92, reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes público e privados. Os contratos com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço.

ii) Risco de realização de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	59.109	2.296
Títulos e valores mobiliários	10b	2.302	2.722
Contas a receber de clientes	7	45.192	57.349
Mútuos a receber partes relacionadas	22	46.924	27.596
Outras contas a receber		892	1.599
		154.419	91.562

iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os ativos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	59.109	-	-	-	-	-	-	-	59.109
Títulos e valores mobiliários	2.302	-	-	-	-	-	-	-	2.302
Contas a receber de clientes	18.303	8.078	1.380	670	2.060	2.903	13.138	(1.340)	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	46.924	-	46.924
Outras contas a receber	727	-	-	-	-	-	165	-	892
	80.441	8.078	1.380	670	2.060	2.903	60.227	(1.340)	154.419

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	-	-	-	-	-	-	-	2.296
Contas a receber de clientes	24.327	9.635	2.345	840	1.120	2.599	17.278	(795)	57.349
Outras contas a receber	1.422	-	-	-	-	-	177	-	1.599
	28.045	9.635	2.345	840	1.120	2.599	17.455	(795)	61.244

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de lucros, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se

como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Total do passivo circulante e não circulante	183.063	146.515
(-) caixa e equivalentes de caixa	(59.109)	(2.296)
(-) aplicação financeira	(2.209)	(2.722)
Dívida líquida	121.745	141.497
Patrimônio líquido	146.776	96.378
Quociente de alavancagem	1,21	1,47

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	59.109	59.109	2.296	2.296
Aplicação financeira	Nível 2	Custo amortizado	2.302	2.302	2.722	2.722
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	45.192	45.192	57.349	57.349
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	892	892	1.599	1.599
Mútuo a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	46.924	46.924	27.596	27.596
Total			154.419	154.419	91.562	91.562
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	-	-	20.182	20.182
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	15.374	15.374	17.619	17.619
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	-	258	258
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	7.301	6.934	27.982	27.982
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	73.761	75.105	-	-
Total			96.436	97.413	66.041	66.041

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 21b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 21c.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalente de caixa

São compostas como seguem:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	211	860
Certificado de depósito bancário (CDB)	58.898	1.436
	<u>59.109</u>	<u>2.296</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 95,09% em 2022 (80% em 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Títulos e valores mobiliários

O montante de R\$2.209 (R\$2.722 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 17). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	93	-
Não circulante	2.209	2.722
	<u>2.302</u>	<u>2.722</u>

11 Contas a receber de clientes

São compostas como segue:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes públicos:			
Valores faturados		11.531	25.926
Medições a faturar		18.677	14.599
		<u>30.208</u>	<u>40.525</u>
Clientes privados:			
Valores faturados		12.285	10.141
Medições a faturar		2.790	2.962
Crédito de carbono		-	2.958
		<u>15.075</u>	<u>16.061</u>
Perdas de crédito esperada		(1.340)	(795)
Partes relacionadas	23	1.249	1.558
Total		<u>45.192</u>	<u>57.349</u>
Circulante		39.088	57.349
Não circulante		6.104	-

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a vencer	18.303	24.327
Vencidos:		
Até 30 dias	8.078	9.635
Entre 31 e 60 dias	1.380	2.345
Entre 61 e 90 dias	670	840
Entre 91 e 180 dias	2.060	1.120
Entre 181 e 360 dias	2.903	2.599
Acima de 360 dias	13.138	17.278
PECLD	(1.340)	(795)
	<u>45.192</u>	<u>57.349</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico- financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Embora os saldos vencidos a mais de 90 dias sendo eles: e R\$8.037 referente a clientes privados e R\$8.004 referente a clientes públicos, a Companhia não possui histórico de perdas, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Companhia tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2022 e 2021 é apresentada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(795)	(437)
Provisão do exercício	(2.087)	(358)
Reversão do exercício	1.542	-
Saldo final	(1.340)	(795)

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Refere-se a imóvel rural localizado no Município de Pelotas – RS, originalmente adquirido para fins do desenvolvimento de projeto que não se viabilizou, anteriormente registrado no ativo imobilizado por R\$1.470. O Imóvel foi objeto de um Contrato de Promessa de Compra e Venda a um terceiro, tendo a Companhia recebido adiantamento de 50% do valor da venda. Aguarda-se a conclusão dos trâmites burocráticos, para conclusão da transação e transferência da propriedade.

13 Impostos a recuperar

São compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
INSS	4.122	5.592
Pis e Cofins	1.181	1.982
IRPJ	2.440	316
CSLL	477	14
	8.220	7.904
Circulante	4.487	4.013
Não circulante	3.733	3.891

14 Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Líquido
Centrais de tratamento de resíduos – aterros (*)					
Aterro e infra em aterros:		139.693	(81.597)	58.096	35.405
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	27.740	(1.337)	26.403	32.292
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	563	(485)	78	98
Máquinas e equipamentos	10%	26.843	(12.903)	13.940	12.164
Móveis e utensílios	10%	909	(486)	423	420
Equipamentos de informática	20%	1.249	(614)	635	254
Veículos e equipamentos	20%	583	(205)	378	413
Imobilizado em andamento		35.707	-	35.707	34.915
		233.287	(97.627)	135.660	115.961

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

(**) Terrenos não são depreciados

As mutações do imobilizado de 2022 e 2021 estão demonstradas conforme a seguir:

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2022 e 2021, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	108.268	518	-	30.907	139.693
Terrenos, edificações e construção civil	32.949	68	-	(5.277)	27.740
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	22.702	3.682	-	459	26.843
Móveis e utensílios	838	71	-	-	909
Equipamentos de informática	754	474	-	21	1.249
Veículos e equipamentos	520	118	(55)	-	583
Imobilizado em andamento	34.915	26.902	-	(26.110)	35.707
	201.509	31.833	(55)	-	233.287

Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	(72.863)	(8.499)	-	(235)	(81.597)
Terrenos, edificações e construção civil	(657)	(915)	-	235	(1.337)
Benfeitorias em bens de terceiros	(465)	(20)	-	-	(485)
Máquinas e equipamentos	(10.538)	(2.365)	-	-	(12.903)
Móveis e utensílios	(418)	(68)	-	-	(486)
Equipamentos de informática	(500)	(114)	-	-	(614)
Veículos e equipamentos	(107)	(101)	3	-	(205)
	(85.548)	(12.082)	3	-	(97.627)
Total	115.961	19.751	(52)	-	135.660

Custo	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 30/12/2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	102.280	1.800	-	4.188	108.268
Terrenos, edificações e construção civil	13.607	8.195	-	11.147	32.949
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	20.298	2.118	-	286	22.702
Móveis e utensílios	656	182	-	-	838
Equipamentos de informática	599	155	-	-	754
Veículos e equipamentos	93	427	-	-	520
Imobilizado em andamento	23.017	28.034	(515)	(15.621)	34.915
	161.113	40.911	(515)	-	201.509

Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 30/12/2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	(63.570)	(9.293)	-	-	(72.863)
Terrenos, edificações e construção civil	(178)	(479)	-	-	(657)
Benfeitorias em bens de terceiros	(442)	(23)	-	-	(465)
Máquinas e equipamentos	(8.423)	(2.115)	-	-	(10.538)
Móveis e utensílios	(358)	(60)	-	-	(418)
Equipamentos de informática	(442)	(58)	-	-	(500)
Veículos e equipamentos	(93)	(14)	-	-	(107)
	(73.506)	(12.042)	-	-	(85.548)
Total	87.607	28.869	(515)	-	115.961

15 Fornecedores

O saldo é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	14.676	16.413
Partes relacionadas	698	1.198
	15.374	17.611
Circulante	14.945	17.605
Não circulante	429	6

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Dividendos a pagar

São compostos como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	20.182	265
Aumento de capital social – nota 24	(10.182)	-
Dividendos adicional proposto	-	37.418
Dividendos mínimos obrigatórios – nota 24	-	-
Pagamento de dividendos	(10.000)	(17.501)
Saldo final	-	20.182

17 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
BRDE, BNDES, CEF e BNB	TJLP-IPCA 5,71%a.a a 10,04%a.a	jul/25	6.953	24.484
Capital de giro	CDI + 1,94% a.a. a 4,05% a.a.	fev/22	-	3.007
CDC	Pré-fixado de 3,85% a.a. a 3,90% a.a.	nov/24	348	491
			7.301	27.982
Circulante			3.397	10.145
Não circulante			3.904	17.837

Ao longo de 2022 e 2021, o endividamento da Companhia apresentou as seguintes mutações:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagto Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2022
BRDE, BNDES, CEF e BNB	24.485	8.000	3.701	(3.906)	(25.327)	6.953
Capital de giro	3.007	5.000	185	(192)	(8.000)	-
Crédito direto ao consumidor	490	-	67	(71)	(138)	348
	27.982	13.000	3.953	(4.169)	(33.465)	7.301

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros	Pagto Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2021
BRDE, BNDES, CEF e BNB	31.132	-	4.405	(4.281)	(6.771)	24.485
Capital de giro	-	3.000	62	(55)	-	3.007
Crédito direto ao consumidor	-	485	5	-	-	490
	31.132	3.485	4.472	(4.336)	(6.771)	27.982

Os montantes em longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Ju/2023	-	6.947
jun/24	3.371	6.940
jun/25	533	3.950
	3.904	17.837

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Em março de 2017, a Companhia contratou empréstimo junto ao BNDES, onde sua liquidação ocorreu em 15 de dezembro de 2022, cujo a respectiva garantia do empréstimo classificada como aplicação financeira, foi liberada e resgatada em 23 de janeiro de 2023. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia esteve adimplente a cláusulas contratuais.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Debêntures

Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2022
CRVR - Riograndese Valorização de Resíduos S.A. (a)	CDI + 3,00%a.a	22/11/2029	73.761
			73.761
Circulante			801
Não circulante			72.960

a) CRVR - Riograndese Valorização de Resíduos S.A.

Em 18 de novembro de 2022 a CRVR – Riograndese Valorização de Resíduos S.A. realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das Debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures.

Os recursos obtidos na Primeira Série das Debêntures serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinados dívidas. O valor da Segunda Série das Debêntures será destinado ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023.

O prazo do vencimento é de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Com base nas demonstrações financeiras da CRVR de 31 de dezembro de 2022, os seguintes índices financeiros serão considerados como cláusula restritiva “Covenant” da Debênture:

- a) Índice de cobertura do serviço da dívida, conforme a seguinte fórmula do ICSD = EBITDA / SERVIÇO DA DÍVIDA, maior ou igual a 1,2.

> EBITDA = Lucro Líquido (+) IR/CS (+) Despesas Financeiras (+) Depreciação e Amortização (-) Resultado de equivalência (+) Dividendos e juros sobre capital próprio recebido;

> Serviço da dívida = Amortização de principal + pagamento de juros

Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, os Garantidores, de forma irrevogável e irretroatável, prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Riograndese Participações S.A. (controladora direta da CRVR).

Conciliação da movimentação de debêntures

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	(-) Custo de captação	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	-	75.000	801	-	-	(2.040)	73.761
	-	75.000	801	-	-	(2.040)	73.761

19 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	237	473
Encargos trabalhistas	496	2.151
Férias	1.527	1.243
Participação nos resultados	1.183	1.430
Outros	344	279
	3.787	5.576

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
ISS	1.269	1.260
PIS	536	654
Cofins	1.378	2.907
ICMS	197	40
IRRF	208	157
Pis/Cofins/CSLL	-	144
INSS Retido	-	198
ISS Retido	74	-
Outros	212	54
	3.874	5.414

21 Provisões

O saldo é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	695	720
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	62.707	56.024
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	4.758	3.573
Provisão para obrigações contratuais futuras	18	-
	68.178	60.317

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

São compostas como seguem:

	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo em 31/12/2020	11	518	-	54	583
Compensação de depósitos judiciais - 2020	-	47	-	-	47
Adições	-	137	-	-	137
Pagamentos	(11)	(36)	-	-	(47)
Saldo em 31/12/2021	-	666	-	54	720
Adições	85	96	2	-	183
Reversões	-	(14)	-	(54)	(68)
Pagamentos	(85)	(53)	(2)	-	(140)
Saldo em 31/12/2022	-	695	-	-	695

Chances de perda foram classificadas como possível

Em 31 de dezembro de 2022, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totalizam R\$10.955 (R\$10.655 em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente a ações descritas abaixo:

Número do Processo	Área Envolvida	Tipo de Objeto	Valor
Reclamação Trabalhista Nº CONFIDENCIAL	Trabalhista	Trata-se de uma demanda trabalhista com pleito de dano moral, indenização estabilizatória, dano material, pensionamento, honorários advocatícios e responsabilidade subsidiária da CRVR.	Valor envolvido na ação R\$ 88, com indicação de prognóstico possível: R\$ 2.083

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 12,79% ao ano (9,54% em 2021) que reflete o custo de capital da Companhia.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	56.024	47.014
Constituição de provisão	8.325	10.398
Reversão / realização da provisão	(1.642)	(1.388)
Saldo final	62.707	56.024

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	3.573	3.279
Constituição de provisão	1.985	294
Reversão da provisão	(800)	-
Saldo final	4.758	3.573

22 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, como seguem:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	62.707	56.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.340	795
Provisões contingências	695	666
Provisão de participações no resultado	1.410	1.462
Prov. Transp.chorume	4.758	3.573
Benefícios pós emprego	15	-
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(7.556)	(11.654)
Custo de aquisição de debentures	(2.040)	-
Outros	-	65
Total	61.329	50.931
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	20.852	17.316

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	46.576	42.968
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(15.836)	(14.609)
Incentivos	355	-
Efeito de controladas de alíquota diferenciada		
Brindes/multas indedutíveis	(17)	(119)
Bônus/doações/patrocínios	(122)	-
Ganho por compra vantajosa	-	(2)
Atualização monetária	52	74
Ajuste de inventário	(73)	(1)
Baixas de Créditos por Prescrição	(556)	(659)
Outras diferenças permanentes	23	156
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(16.174)	(15.160)
Corrente	(19.709)	(19.370)
Diferido	3.535	4.210
Diferença de Impostos antes Reestruturação Societária		
Alíquota efetiva	34,73%	35,28%

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Partes relacionadas*Remuneração de pessoal-chave da Administração*

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$1.457 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.355 em 2021).

Outras transações com partes relacionadas

Seguem os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas em 31 dezembro de 2022 e de 2021:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	210	-	(1.695)
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	164	-	(1.325)	-
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	1	-	(1.043)	-
Revita Engenharia S.A.	-	1	498	444	(5.971)	(5.582)
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	-	29	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	1.249	1.402	35	464	2.321	1.025
Ecototal Sistemas de Gestão LTDA	-	15	-	-	-	-
Companhia Riograndense Valorização Resíduos	-	76	-	-	-	-
Outros	-	35	-	80	-	(22)
	1.249	1.558	698	1.198	(6.018)	(6.274)
Mútuos (não circulante):						
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	258	-	(45)
Riograndense Participações S.A.	46.924	22.346	-	-	4.971	1.541
Biotérmica Energia S.A.	-	5.250	-	-	379	74
Subtotal	46.924	27.596	-	258	5.350	1.570
Total	48.173	29.154	698	1.456	(668)	(4.704)
Circulante	1.249	1.558	698	1.198		
Não circulante	46.924	27.596	-	258		
Total	48.173	29.154	698	1.456		

Movimentação de mútuos no ativo:

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	20.353
Aplicação	5.979
Juros	1.615
Recebimento do principal	(716)
Encargos	115
Movimentos relacionados a capital	250
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.596
Aplicação	23.557
Juros	4.406
Recebimento de juros	(489)
Recebimento do principal	(8.779)
Encargos	632
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.923

Movimentação de mútuos no passivo:

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	213
Juros	45
Saldo em 31 de dezembro de 2021	258
Captação	5.000
Juros	209
Pagamento de juros	(228)
Pagamento do principal	(5.258)
Encargos	19
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, a controladora optou pelo aumento de capital social na Companhia, no montante de R\$13.855, perfazendo o total do Capital social de R\$54.904.

Em 10 de março de 2022, a controladora Riopar decidiu alterar o tipo jurídico da Companhia, transformando-a em sociedade por ações, sem solução de continuidade; passando a ser denominada CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Em 14 de dezembro de 2022, a CRVR celebrou um contrato de partes relacionadas com sua controladora Riograndense Participações S.A. (“Riopar”), o aumento do capital social da Companhia em R\$27.220, com a criação de 27.209.748 ações ordinárias, passando o capital social de R\$54.904 para R\$82.124, dividido em 82.123.737 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data, sendo (a) R\$17.038 mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívidas” celebrado entre a Companhia e a Riopar em 29 de novembro de 2022; e (b) R\$10.182, mediante a compensação de créditos decorrentes de dividendos declarados pela Companhia em benefício da Riopar e não pagos até a presente data.

b) Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entregas de bens ou de prestação de serviços.

c) Distribuição de lucros

A Administração deliberou em 14 de dezembro de 2022 pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstos em estatuto social referente ao exercício de 2022. Foi deliberado em 31 de dezembro de 2021 distribuição de dividendos em R\$37.418 referente aos lucros do exercício findo em 2020.

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Outros resultados abrangentes

O valor de R\$1 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Receita operacional líquida

São compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Manejo de resíduos	210.799	196.637
Receita venda de biogás	2.350	1.402
Receita crédito de carbono	918	3.456
Total receita bruta	214.067	201.495
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(8.295)	(8.549)
PIS	(3.499)	(3.245)
COFINS	(16.115)	(14.944)
ICMS	(480)	(168)
Total de deduções sobre vendas	(28.389)	(26.906)
Receita líquida	185.678	174.589

As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.a

Destinação de resíduo - 100%

26 Custo dos serviços prestados

São compostas como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(21.838)	(18.844)
Aluguel	(27.879)	(19.874)
Depreciações	(12.107)	(12.044)
Materiais aplicados nos serviços	(21.199)	(16.789)
Serviços de terceiros (a)	(41.462)	(45.540)
Créditos fiscais (b)	9.050	8.128
Energia elétrica	(852)	-
Fechamento de aterro	(6.683)	(9.010)
Licenças e taxas	(29)	-
Outros custos de produção	(5.879)	(3.527)
	(128.878)	(117.500)

- (a) Refere-se substancialmente a custos com transportes de resíduos, análises e assessoria com testes técnicos.
(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

27 Despesas comerciais

São compostas como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(546)	(358)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(1.634)	(20)
Patrocínios, brindes e doações	(135)	(105)
Propaganda e publicidade	(175)	(100)
Outros	(86)	(22)
	(2.576)	(605)

28 Despesas administrativas

São compostas como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de Terceiros	(5.972)	(7.277)
Tributos, Seguros e Contribuições	(27)	(19)
Despesas de serviços Compartilhados (a)	(1.947)	-
Outros	(232)	(12)
	(8.178)	(7.308)

- (a) Refere-se substancialmente a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostas como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de aluguel	120	205
Resultado venda de imobilizado	-	(12)
Despesas e provisões contingenciais	(168)	(277)
Patrocínio e doações (a)	(239)	(268)
Outras (despesa) receitas, líquidas	500	(2.856)
Total	213	(3.208)

(a) A Companhia com base no seu compromisso com a sociedade patrocina anualmente projetos e iniciativas que levam desenvolvimento, cultura, arte, educação e lazer para as comunidades e cidades onde atua.

As leis de Incentivo Fiscal garantem o apoio a causas como direitos da criança e do adolescente, direitos da pessoa idosa, cuidados de pessoas com deficiência ou em tratamento oncológico, incentivo à cultura e ao esporte.

Além do Incentivo Fiscal, redução e destinação do IRPJ pago, são projetos que contribuem para os objetivos de desenvolvimento e responsabilidade socioambiental e reafirmam os valores da Companhia.

30 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostas como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas juros sobre contratos operações de mútuos	5.649	1.615
Varição cambial	37	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	937	300
Juros recebidos e descontos obtidos	228	335
Outras receitas financeiras	155	-
Total receitas financeiras	7.006	2.250
Varição cambial	(38)	(13)
Despesas bancárias	(484)	(298)
Despesas com juros e descontos concedidos	(67)	(147)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(78)	(45)
Despesas com multas e moras financeiras	(284)	(125)
Despesas com captação debêntures	(31)	-
Tributos sobre movimentações financeiras	(247)	(188)
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(4.754)	(4.434)
Outros	(706)	-
Total despesas financeiras	(6.689)	(5.250)
Total	317	(3.000)

31 Cobertura de seguros

As apólices contratadas pela Companhia oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguro da Companhia é composta por:

	2022	2021
Seguro patrimonial	52.838	26.146
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
	62.838	36.146

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32 Evento subsequente

2º emissão de Debêntures da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Em 16 de janeiro de 2023 a CRVR realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$60.000. Os recursos obtidos serão destinados ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023, cujo o prazo do vencimento é de 7 (sete) anos, contados da data de emissão.